

**HISTÓRIA, DISCURSO E IMAGINÁRIO: ESTUDO DOS
CONCEITOS PÚBLICO E PRIVADO NOS EDITORIAIS DO
JORNAL TRIBUNA DO NORTE (1986-1992)**

Juliana Carolina da Silva

Doutoranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

ooliin.ju@gmail.com

RESUMO: O presente estudo busca insere-se dentro dos estudos sobre história local no campo da história do tempo presente. Buscamos observar a memória e o imaginário político, em suas diversas funcionalidades nos territórios políticos, e como essas formulações do passado forjam o mesmo, através do entendimento deste como espaço público. Para tanto, nos utilizaremos como fontes os discursos dos editoriais do Jornal Tribuna do Norte, publicado em Jacarezinho/PR/Brasil, durante o período de “redemocratização” brasileira, entre 1986 a 1992. Embora esse artigo não tenha abordado todos os aspectos possíveis para a compreensão dos espaços público e privado, o estudo dos editoriais nos permitiu pontuar questões pertinentes para pensarmos os fazeres que envolvem a lembrança, os campos da memória, as nossas concepções políticas e abre perspectivas de pesquisa e aspectos para reflexões sobre cultura política na região do Norte Pioneiro Paranaense. Estas possibilidades tornam-se interessantes e profícuas à luz das particularidades da região conhecida como Norte Pioneiro do Paraná, por esta ser marcada por uma cultura política nitidamente enleada por clientelismo, mandonismo, coronelismo, corrupção, promiscuidade entre o público e o privado e o patrimonialismo. Estes aspectos marcam as relações interpessoais e afetam a consolidação da democracia e a criação de espaços igualitários na região.

PALAVRAS-CHAVE: História local; Análise do discurso; Imaginário; Editoriais; Jacarezinho/PR.

RESUMEN: El presente estudio busca insertarse dentro de los estudios sobre historia local en el campo de la historia del tiempo presente. Buscamos observar la memoria y el imaginario político, en sus diversas funcionalidades en los territorios políticos, y cómo esas formulaciones del pasado fueran lo mismo, a través del entendimiento de éste como espacio público. Para ello, utilizamos como fuentes los discursos de los editoriales del Jornal Tribuna del Norte, publicado en Jacarezinho/PR/Brasil, durante el período de "redemocratización" brasileña, entre 1986 a 1992. Aunque este artículo no abordó todos los aspectos posibles para la comprensión de los espacios público y privado, el estudio de los editoriales nos permitió puntuar cuestiones pertinentes para pensar los hechos que envuelven el recuerdo, los campos de la memoria, nuestras concepciones políticas y abre perspectivas de investigación y aspectos para reflexiones sobre cultura política en la región del Norte Pionero Paranaense. Estas posibilidades se vuelven interesantes y provechosas a la luz de las particularidades de la región conocida como Norte Pionero del Paraná, por estar marcada por una cultura política nítidamente ligada por clientelismo, mandonismo, coronelismo, corrupción, promiscuidad entre lo público y lo privado y el patrimonialismo. Estos aspectos marcan las relaciones interpersonales y afectan la consolidación de la democracia y la creación de espacios igualitarios en la región.

PALABRAS-CLAVE: Historia local; Análisis del discurso; Imaginaria; Editoriales; Jacarezinho/PR.

INTRODUÇÃO

A cidade de Jacarezinho se insere na mesorregião chamada de Norte Pioneiro do Paraná, por ter iniciado antes o seu povoamento e dado esse povoamento devido aos interesses de grandes proprietários latifundiários que buscavam a implantação de fazendas de café. Sendo esse ponto o de principal diferença com as demais regiões povoadas posteriormente no Norte do Paraná, que foram (re)ocupadas por migrantes e imigrantes, através das ações de empresas como a Companhia de Terras Norte do Paraná/Cia de Terras Melhoramentos (TANNO, 2015).

Particularmente, a região conhecida como Norte Pioneiro do Paraná, é marcada por uma cultura política nitidamente enleada pelas conjugações dos males que perturbam a construção da cidadania no Brasil, como o clientelismo, mandonismo,

coronelismo, corrupção, promiscuidade entre o público e o privado e o patrimonialismo. Estes aspectos marcam as relações interpessoais e afetam a consolidação da democracia e a criação de espaços igualitários na região.

Para pensarmos um pouco destes pontos, recorremos a Botelho (2011), para quem o baralhamento do público e privado, levado para o campo estritamente político, das decisões e interesses públicos, marcando o pensamento social brasileiro, seria uma decorrência da colonização portuguesa. Pois, para esse autor, o privado, no pensamento social nacional continua sendo identificado “aos círculos primários, sobretudo a família de matriz patriarcal” e esta seria “a agência principal de coordenação da vida social” (BOTELHO, 2011: 421) e a partir da qual o privado foi alargando até o público. No entanto, Arendt (2007), olhando para a modernidade, nos mostra que o espaço público advém da política, mas que esta havia passado a ser influenciada pelo interesse advindo do campo privado e pelo regime da sociedade de massas (tirânica).

Portanto, a sociedade de massas, na visão da autora, destruiria a esfera pública, mas também a privada, ao impedir a diversidade de opiniões no espaço público comum e a possibilidade de compartilhamento do nosso mundo interno para a formação da realidade exterior. Condizendo a linha de pensamento de Canclini (2003: 290), “Os líderes políticos ou intelectuais acentuam sua condição de atores teatrais, suas mensagens são divulgadas se são “notícia”, a “opinião pública” é algo mensurável por pesquisas de opinião. O cidadão se torna cliente, “público consumidor””.

Dentro desse espaço embaralhado, as decisões do espaço público teriam influências particulares, definidas pelas características dessa esfera. O particular manifesta-se pelas relações íntimas, familiares, como comumente são produzidas as redes de relações, convencionadas pelos interesses próprios.

Conforme Ricardo Oliveira, em estudo que observou a construção das elites políticas paranaenses,

As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação. (2007: 151).

As transformações ocorridas dentro dos espaços políticos, sejam estes formados por laços privados ou interesses públicos, desenvolvem formas de narrativas para a construção do passado, uma vez que este dará o porquê do presente. Observaremos, então, a construção da memória nos editoriais do jornal *Tribuna do Norte* e, para entendermos os espaços público e privado na construção dessa narrativa, buscamos uma conceituação mais rígida acerca de ambos os espaços. Observa-se a fluidez a partir do entendimento da composição sólida dos elementos que se tornaram fluídos. Devido a isso, explica-se a escolha por entender a esfera pública e privada a partir da definição proposta por Hanna Arendt (2007).

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Em *As Esferas Pública e Privada*, Hannah Arendt (2007) destaca que o público seria um espaço acessível a todos, por exemplo, quando divulgamos algo particular, como um pensamento ou sentimento, estes se tornam públicos. Da mesma forma que quando compartilhamos o pensamento ou o sentimento, tornam-se estes, parte da realidade do mundo, sendo um bem ou interesse comum, na medida em que são compartilhados por indivíduos que se relacionam.

Na forma inversa, o espaço particular seria o da casa, regido pela propriedade privada e pelo interesse pessoal, cercados estes pelos condicionamentos da sobrevivência biológica na família e na casa. Para Hannah Arendt (2007), somente com a garantia da propriedade privada e da riqueza, que são necessárias à subsistência, as pessoas poderiam escapar da escravidão e da pobreza, ao conseguirem ultrapassar as necessidades da vida natural e terem a possibilidade de desejarem, a partir daí, a cidadania.

Usaremos simplificarmente as concepções de Arendt para pensarmos o espaço público e o privado, os categorizando pela concepção de bem comum. O espaço público é aquele no qual os bens são partilhados, sejam estes bens representados pela história ou pela narrativa da memória. Na forma como o entendemos, no espaço público a participação deveria ser inerentemente social e os bens, comuns e coletivos. Embora saibamos, que diferentemente do início das observações de Arendt (2007) e Habermas (1985), “a esfera pública já não é o lugar de participação racional a partir do qual se determina a ordem social” (CANCLINI, 2003: 286), pois há a encenação política, através da burocratização e espetacularização com a mídia, cuja funcionalidade assume-

se como “um sistema vertical de difusão para transformar-se em expressão amplificada de poderes locais” (2003: 288).

OS EDITORIAIS

O público deveria ser um espaço natural. A partir dessa desarmonia de percepções, buscamos estudar o conceito de público e de privado num jornal local, que, possivelmente, oferecer-nos-ia pistas para entender o comportamento derivado do pensamento social de grande parte da população jacarezinhense. Para o recorte temporal, acreditamos que o período de democratização, fosse ideal, uma vez que influenciou a mentalidade das gerações atuais e da nossa compreensão acerca dos espaços público, privado e das normas a serem utilizadas nestes. A escolha do editorial se fez por ser um forte veículo político e do jornal Tribuna do Norte, por ser o único com acervo disponível.

Por conseguinte, estudar o público e o privado nos seis anos da publicação dos editoriais, tornou-se uma tarefa demasiado ampla, devido à questão do tempo, uma vez que, embora o estude, nem sempre faço bom uso deste e também devido à abertura temática dos editoriais, visto que estes tratavam desde crises econômicas, festas locais, associações entre futebol e política, às notas de falecimento e comemoração. Então, com as fontes estudadas, decidimos delimitar a observação para a construção da memória nos editoriais do jornal Tribuna do Norte, de modo a pensarmos como o público e o privado se entrelaçam na formação da representação do passado, que deveria ser um bem comum.

Assim, escolhemos a temática sobre a memória propagada nos editoriais publicados entre 1986 a 1992. Foram 92 textos utilizados como fonte. Cada texto é um editorial e este, por sua vez, representa um ponto de vista do jornal, sendo uma opinião não assinada, contudo, sendo uma voz cuja autoria é evidente. A voz dos editoriais que estudamos é de Celso Antônio Rossi, proprietário e diretor do jornal. Nascido em Jacarezinho, foi atuante nessa cidade de diversas formas. Fez parte do grupo que auxiliou na fundação da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, em 1967, e foi professor desta instituição entre os anos de 1969 e 2003; foi professor da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, de 1978 a 1988; auxiliou na fundação e foi presidente da Subseção da OAB/Jacarezinho, dos anos de 1976 a 1992; foi membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Paraná, de 1995 e 1996; vice-presidente da

OAB/Paraná, de 1994 a 2006 (SILVA, 2013). Rossi também atuou como presidente de diversos clubes de Jacarezinho, como o Clube dos Papagaios, Lions Club e foi membro do Rotary Club. Das atividades ligadas à imprensa local, foi colaborador do jornal Jacarezinho, de 1953 a 1954 e proprietário dos jornais Tribuna e Tribuna do Norte, no qual redigia, entre outras composições, os editoriais. Acerca do jornal a ser estudado, foi fundado em 05 de junho de 1960, em cujo primeiro editorial publicado, estava a justificar sua existência pelo “desenvolvimento de Jacarèzinho”, que “estava a exigir uma voz que a defendesse e a divulgasse”, voz essa, que alegava neutralidade, uma vez que “Não temos côr político-partidária. Não defendemos este ou aquêle candidato, esta ou aquela agremiação política. Aqui estamos tão somente para informar e, algumas vezes para esclarecer” (n. 1 Jacarezinho, 5 de junho de 1960, ano I). Os editoriais apresentam uma forma informativa, com títulos, interpretação e opinião, sendo assim, de estilo persuasivo que, com linguagem direta, assumem uma posição crítica ao analisar e julgar determinado fato.

OS EDITORIAIS NA RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

Antes de adentrarmos a leitura dos editoriais, convém delinear as considerações acerca da memória, uma vez que buscamos que fique claro para o leitor que esta, possui dimensões que ultrapassam o indivíduo e nunca são puramente individuais, pois não podem ser apartadas da sociedade. Quando nos lembramos de pontos da nossa vida, seja na família ou com amigos, na escola ou no trabalho, estamos lembrando da história dos grupos também, mas pela nossa própria ótica, experiências e intencionalidade de narrativas. Então, as recordações são em sua essência, memórias de grupo e nós somos, também, um produto desses grupos (HALBWACHS, 2006).

A memória individual é marcada pela pessoa que esteve envolvida no fato lembrado, seja como ouvinte ou ator, que se lembrará, armazenará e, posteriormente, fará seu testemunho, perpetuando a memória e tornando esta parte da memória de um grupo também. Para Maurice Halbswachs (2006: 29), “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso”, de maneira que, na construção da nossa fala, o testemunho do “eu” fará a perspectiva de introdução do testemunho do “outro”. Ou seja, podemos nos utilizar do testemunho para “reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (id.

p. 29) e assim, para ser harmonioso o nosso testemunho com outros, ambos devem fazer parte do mesmo grupo, evento e ter a mesma intencionalidade discursiva.

Dessa maneira, quadros sociais formariam a memória, através das interações sociais das pessoas que as portam, com a sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006: 30). Então, como quadros sociais, as memórias podem constituir-se bens públicos, edificações do passado comum de nossa vida coletiva. A partir dessa consideração, trataremos primeiramente de um apanhado dos editoriais que versam sobre a memória oficial e a necessidade da preservação de símbolos dessa memória, constituindo-se de textos escritos em comemoração aos aniversários da cidade e de instituições locais.

No editorial do dia 01 de abril de 1991, vemos a comemoração dos 91 anos da cidade de Jacarezinho. A história dessa cidade se confundiria com a do estado do Paraná e seu desenvolvimento, bem como, “de nossa região” (n. 70, 01 abril de 1991, ano V). O passado da cidade é valorizado a partir da afirmação de que “durante muitos anos foi a principal cidade de todo este imenso norte do Paraná que acaba a pouco mais de setenta quilômetro daqui”, através de “uma participação das mais importantes na história de um dos maiores fenômenos da colonização de uma região, que foi a do norte do Estado” (id.).

Dentro do testemunho posto no editorial, que conjuga os mitos do vazio demográfico, os “desbravadores” seriam advindos de Minas Gerais e São Paulo, com o intuito de amansar a terra bravia, mas que precisavam de boa estrutura e “que se firmasse uma base cultural para seus filhos”, pois “a geração que viria depois deles não podia ser inculta, sob pena de seu trabalho ter sido em vão”. Jacarezinho, nesse cenário, teria sido como um ponto de refúgio, uma vez que “os desbravadores que vinham com suas famílias para o sertão bravio do norte do estado, não podiam levar seus filhos para regiões que não possuíam a menor segurança, sem médicos, sem água e luz e também sem escolas” e nessa cidade encontraram “seus magníficos internatos – o Cristo Rei e o Imaculada Conceição”. Esta base, “acolheu os filhos daqueles desbravadores que lutaram de sol a sol e puderam então, certos de que seus filhos estavam bem protegidos, puderam então com tranquilidade colonizar este imenso norte do Paraná” (id.).

Ao trabalhar com essa narrativa, o autor tomou emprestada a memória de seu ambiente, do grupo no qual circula, organizando as palavras e as ideias a partir da ótica desse grupo e de uma determinada versão da história tida como oficial – a do pioneiro.

Contudo, busco aqui salientar que a história é uma perspectiva sobre determinados fatos, que partem também, muitas vezes, da memória histórica dos grupos que estão no poder. Nesse sentido, a memória que esses grupos constroem, é tomada por verídica por cada pessoa que o integra com ele se identifica.

Então, o grupo é portador da memória e esta é um consenso mediante as relações do próprio grupo. Talvez, por este ponto, a narrativa dos pioneiros, excludente com as minorias étnicas e de caráter homogeneizante, seja contada com tanta naturalidade pelo autor do texto, Celso Rossi, entrelaçando a história escolhida para representar o passado da cidade, às instituições que nela atuaram e atuam.

Mas, ao tratar das instituições, o autor não elege apenas instituições públicas para representar a história da cidade. Pelo contrário, importância sem proporções iguais é atribuída à Organização Setti, no editorial de 15 de novembro de 1987. Nesse texto, é comemorado o centenário da instituição, que teria iniciado suas atividades em 1887 na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), “mas que, em seguida, deslocou-se para Jacarezinho, onde se fixou definitivamente” (n. 30, 15 de novembro de 1987, ano II). Formada por um conglomerado de quatro empresas, da mesma forma que a narrativa da colonização, “a história das Organização Setti se confunde com a própria história de Jacarezinho” (id.), “sim, porque se em 1887 nascia a primeira empresa da Organização Setti, em 1888 – ou seja, no ano seguinte – era iniciada a colonização de Jacarezinho com a chegada dos primeiros pioneiros” (id.).

Da mesma forma que os “desbravadores” teriam sido homens de visão e coragem que adentraram o “sertão” para trazerem o “desenvolvimento” para essa região, o centenário das empresas Setti teria sido o “resultado de um trabalho incansável, de uma confiança inquebrável no futuro, de uma rara visão que só mesmo *os grandes* são possuidores”¹ (id.). Assim, dentro de uma versão excludente do passado, na qual donos da história oficial e de elevado poder econômico são vistos como grandes, a narrativa funda desigualdades sociais que nascem no campo econômico e influenciam os espaços políticos.

Podemos notar a influência dessa visão dos “grandes” homens, a interferir na construção do espaço político, através do editorial de 15 de julho de 1988. Nesse texto, o autor trata de uma pesquisa de opinião “realizada de forma idônea”, acerca das eleições para prefeito e vereadores naquele ano. O eleitor teria traçado o

¹ Grifo nosso.

[...] perfil de um homem que consideraria ideal para ocupar a chefia do executivo municipal: um homem que seja empresário, que nunca tenha disputado um cargo político, que tenha demonstrado em sua vida particular capacidade de administração e que tenha raízes profundas em Jacarezinho. (n. 39, 15 de junho de 1988, ano III).

Nesse perfil, o nome de Adhemar Setti teria se enquadrado, segundo o autor, “trazendo então um novo alento a Jacarezinho que, realmente, precisa de alguém à frente de sua prefeitura que traduza os anseios de toda a comunidade” (n. 39, 15 de junho de 1988, ano III), com a sua candidatura pelo PTB com apoio do PFL e tendo como vice-prefeito Paulo Diniz. Apesar da dita idoneidade da pesquisa, faz-se necessário recordar Ecléa Bosi ao dizer que:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a este acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais. (2003: 21-22)

Através do trecho transcrito podemos imaginar que a representação do político ideal e os valores “politicamente corretos” expressos no texto, foram alimentados pela memória individual do Celso Rossi e servem de permanência ao grupo que partilha suas memórias coletivas, através das explicações do perfil que foram cômodas aos próprios interesses do grupo e a necessidade de manter sob as vantagens da legitimação do passado e da posição social, aquele que disputava no momento político, contra membros de grupos mais distantes ou não tão próximos às redes sociais do próprio autor.

Então, até o presente momento notamos a existência de determinado grupo que marca o ponto de partida e a seleção para as memórias e narrativas do jornal, que remontam à Jacarezinho, mas que se desenvolvem sob a perspectiva de heróis do passado cujos membros atuam no presente, através da política, das empresas e do próprio jornal, visto que o narrador partilha das mesmas memórias por fazer parte do mesmo grupo. Mas além do passado da empresa que pode legitimar a “verve” administrativa do personagem Adhemar Setti, que viria a ser prefeito de Jacarezinho com as eleições de 1988, o escritor dos editoriais também mostra uma visão fincada em uma espécie de determinismo, mostrando um passado de Jacarezinho que está previamente traçado.

Podemos notar tal visão, principalmente, no editorial do dia 01 de setembro de 1990, o qual comemora o 90º aniversário de cidade através de uma discussão acerca da data de comemoração e ao final da discussão, proclama, com tom profético: “Jacarezinho olha para o seu futuro com serenidade e confiante de que seus dirigentes continuam a conduzi-la ao destino traçado pela Caravana dos Alcântaras”. Não houve frase que melhor expressasse a crença de que os donos do poder, neste se manteriam, distanciados, como se estivessem no Olimpo, a conduzir os destinos traçados desde o (re)povoamento. O povo poderia continuar distante (do espaço público das decisões políticas) e despreocupado, pois um grupo (os “dirigentes”), por eles estaria olhando.

Além das delineações da memória coletiva acerca do passado, o editorial de 01 de abril de 1989, preocupa-se com a preservação dos bens materiais que representam a história de Jacarezinho – história esta, claramente seletiva. Inicia-se o editorial da data citada por tratar das modificações sofridas na cidade, argumentando que “se por um lado é conveniente que a cidade se modifique em função do progresso e crescimento, por outro lado vale salientar que progresso e preservação de identidade podem perfeitamente conviver juntos”. Logo, através da observação, notamos que a identidade compreendida pelo autor, advém dos prédios históricos que marcam um passado fincado na história da cafeicultura e comércio, sendo estes, maioria no local que deveria ser preservado – o centro. Sobre este, afirma que “durante muito tempo Jacarezinho se limitou ao centro, assim compreendido na Avenida Manoel Ribas até a Santa Casa, com limites na Rua Dr. Heráclito e de outro lado pela Rua Henrique Setti” (n. 41, 01 de abril de 1989, ano III). Esse local, no qual residiriam as características essenciais da cidade, “aos poucos, está sendo descaracterizado e Jacarezinho, a cada prédio que cai para surgir um mais moderno, perde um pouco de sua história e de seu passado, e com isso, perde também a sua identidade” (id.). Por tal perspectiva, “a história precisa ser preservada”, mas a preservação deveria guardar “as características da arquitetura de uma época em que se tinha tempo para se construir com riqueza de detalhes” (id.).

Mas, além de lembrar, legitimar e preservar, uma memória coletiva propalada pelos editoriais cumpria a função de selecionar como preservar e assim, influenciar na adesão das políticas públicas. Conforme notamos no editorial de 01 de junho de 1991, sobre o tombamento do Hotel Municipal, aprovado pela Câmara Municipal num projeto de lei, antes de se posicionar a favor ou contra o tombamento, o autor narra a intenção do Prefeito Adhemar Setti de vender o hotel, mediante a condição de preservação da sua fachada. A seguir, constrói seus argumentos aliados à posição do Prefeito, buscando mostrar que,

com uma possível venda, com aquelas restrições, Jacarezinho continuaria a ter o imóvel em que se situa o Hotel Municipal protegido pelo tombamento, mas ao mesmo tempo obteria recursos para as inúmeras obras que tem necessidade e poderiam ser executadas em tempo recorde. (n. 72, 01 junho de 1991, ano VI).

A construção do texto a partir das características do gênero editorial, que, conforme Rabaça e Barbosa (2002: 255), tem por características ser “um ensaio curto, embebido do senso de oportunidade”, ou seja, uma perspectiva política, com viés a convencer na manifestação de um partidarismo ideológico, crítico à oposição, leva o leitor a uma determinada interpretação, buscando esta ser vista como verdade.

Mas para a verdade ser construída, busca-se silenciar qualquer outra opinião ou desmerecer qualquer outra versão, da mesma forma que isto ocorre na composição narrativa, ocorre na formulação da memória. Mesmo o Hotel Municipal sendo um local de paragem, com a circulação de pessoas de variados locais e estratos sociais, o tombamento só é justificado por que, como outros imóveis centrais, “simbolizam uma época da história de Jacarezinho e até mesmo uma linha arquitetônica então vigente” (n. 72, 01 junho de 1991, ano VI). Dessa forma, vemos a necessidade de preservação do passado sendo utilizada para um objetivo prático, que é a obtenção de mais verbas para o cumprimento dos prazos das obras públicas realizadas durante o mandato do Prefeito Adhemar Setti – lembrando que este, administrou a cidade num momento de grande crise econômica (1989-1992).

Da mesma maneira, podemos observar a sequência e os rumos tomados pela questão das tarifas de esgoto pela SANEPAR, que se inicia com um questionamento de valores e passa, ao longo dos anos, a legitimar a política e o mandato de Adhemar Setti. Publicada a discussão inicialmente no editorial do dia 17 de janeiro de 1990, este questiona o pagamento das tarifas, uma vez que a cidade não possui uma estação de tratamento desses detritos. Após, com a repercussão, surgiu um novo editorial que anunciava a “firme disposição do Prefeito Adhemar Setti em promover estudos visando à rescisão do contrato firmado com a SANEPAR em 1973, autorizando-a a explorar aqueles serviços”. Em outra data, o editorial levou à população as informações de que “a partir daquele primeiro noticiário a comunidade jacarezinhense se sentiu mais fortalecida e começou a se organizar na defesa de seus direitos e várias alternativas têm sido lançadas como medidas de emergência para o problema”.

Até este ponto, temos a clareza de que as reivindicações nasceram de determinado grupo e foram publicadas como denúncia e questionamento no jornal Tribuna do Norte. Posteriormente, com intencionalidades particulares, dentre elas, a possibilidade de que a prestação desse serviço voltasse a ser realizado pela Prefeitura, o editorial do dia 03 de março de 1990, lembra que

anteriormente, funcionava em Jacarezinho o Departamento de Água e Esgotos, órgão estadual que, mais tarde se transformou na Companhia de Água e Esgotos de Jacarezinho (CAEJA), órgão municipal que chegou *até mesmo* a construir a ainda atual estação de tratamento de água de nossa cidade. (n. 46, ano V).

E, “[...] se lembrar que outras cidades continuaram explorando os serviços de água e esgoto [...] só temos que *lamentar* o estado em que hoje nos encontramos”, de modo que, “é sempre bom lembrar os *erros cometidos* no passado para não só não repeti-los em outras situações como também *para que se tente corrigi-los no momento presente*”² (n. 46, Jacarezinho, 03 de março de 1990, ano V). Desse fragmento do texto, podemos notar o uso e elementos de tensão, que foram grifados, em que o enunciador faz uso de expressões declarativas carregadas de certeza, em que transparece um “eu” impositivo, por meio do qual ele quer e pode manipular o enunciatório para criar o desejo de que o serviço voltasse a ser prestado pela instituição municipal.

Após as repercussões das publicações dos editoriais, a SANEPAR comunica o envio da porcentagem da redução das tarifas e informa a vinda do presidente da instituição, Nivaldo Kruger, à Jacarezinho. Por outro lado, o editorial passou a tratar da poluição no Ribeirão Ourinho, afirmando que estavam sendo escoados detritos para esse local pela Companhia de Saneamento do Paraná, colocando “em risco também a saúde de nossa cidade” (n. 48, Jacarezinho, 17 de abril de 1990, ano V). Dentro da argumentação do editorial, este apontava ser considerada como boa a cidade que fosse melhor para se viver e coloca na narrativa a SANEPAR como uma instituição falha, pois “de que adianta o tratamento da água se os esgotos são lançados em rio aberto que corta a cidade, poluindo e contaminando o meio ambiente?” (Id.), mostrando implicitamente ser esta empresa o empecilho para Jacarezinho naquele momento, ser uma boa cidade.

No dia 15 de julho de 1990, o jornal Tribuna do Norte imprime no editorial um texto que traz informações sobre a redução em 20% da tarifa de esgoto, mas mostra que

² Grifo nosso.

a SANEPAR aumentou as tarifas de água em 33,9%. O autor faz dessa parte do editorial, um registro de “protesto de nossa população”. Após, entre possíveis acordos entre a instituição denunciada e o Poder Público Municipal, discorridos no espaço de fora dos editoriais, retoma-se o assunto apenas em 01 de junho de 1992, com o texto intitulado *Uma obra que vale um mandato*, bendizendo a construção da estação de tratamento de esgoto, uma vez que, “a implantação da rede de esgotos em toda a nossa cidade ao funcionamento da estação de tratamento de esgotos são obras que dignificam qualquer administração e que valem realmente por um mandato” (n. 97, Jacarezinho, 01 de junho de 1992, ano VI).

Então, o questionamento que se tornou popular e reivindicado pela sociedade, foi totalmente destituído da participação social na construção da memória deste fato, uma vez que simplesmente “Jacarezinho pode se rejubilar pelo trabalho conjunto entre Prefeitura e a Sanepar, na realização de uma obra de vulto”. Segundo Carlos Alberto Vesentini (1997), a memória histórica é “constantemente apropriada e reelaborada pelo poder”, através de operações que tendem a proceder através de exclusões e de afirmações narrativas, ou uma “lógica de explicação herdada” com capacidade de sobrevivência desde sua projeção inicial. Seguindo essa linha, acreditamos que a comunicação visava a construção de uma nova obra e a legitimação dos papéis políticos ligados aos cargos públicos, uma vez que a obra “valeu o mandato” de Adhemar Setti.

Ademais, para ter o poder de legitimar e servir de passado oficial, determinada memória coletiva também deve possuir suas ferramentas de legitimação. Nesse sentido, o editorial do dia 15 de abril de 1992, traz uma discussão acerca da data fundação de Jacarezinho, apoiado no livro “Jacarezinho, Pioneiros e Desbravadores”, de Thomaz Aimone. Essa produção acadêmica se insere dentro da ótica do vazio demográfico, partilhada pela memória social que faz parte da narrativa de Celso Rossi. Aliadas às publicações que dão sentido de ‘verdade’ ao passado narrado no editorial, temos descrita a fundação de um Museu Particular, de Thomaz Aimone, que reúne objetos e fragmentos desse mesmo passado inventado. Ao Poder Público caberia “sem dúvida alguma [...] a criação até mesmo de um Arquivo Municipal, com uma coletânea de todas as leis, jornais, revistas, notícias, fotos, etc., de interesse de Jacarezinho”. Mas como este inexistia, para o autor, a iniciativa de Aimone estaria a “preencher um importante espaço que sempre se encontrou vazio” e uma ressalva se fez: “Jacarezinho não tem sabido cultivar o seu passado e a sua memória, corretamente” (n. 34, 28 de janeiro de 1988, ano II).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória descrita por Celso Rossi centrou-se especificamente sobre um determinado grupo e com a memória deste, sua narrativa ganhou sentido. Preencheu a história de Jacarezinho, um local que deveria ser público e visto como bem comum, com a intencionalidade de perpetuação, legitimação e a finalidade de assegurar o poder, através de destaque social e cargos públicos para os participantes do mesmo grupo da memória social descrita durante os seis anos das publicações.

Ao serem comunicadas através de determinados veículos e intencionalidades, as memórias também podem adentrar o campo político das decisões do presente e foi isso que vimos, através do uso do passado para buscar justificar os dirigentes da máquina pública, o perfil do futuro Prefeito que teria como uma das características possuir “raízes profundas em Jacarezinho” – advindo de famílias tradicionais, “pioneiras” – e da lembrança da CAEJA para servir de possibilidade de uma retomada da prestação do serviço de água e esgoto pela Prefeitura.

Dessa forma, os laços da memória que são grupais e individuais, íntimos e particulares, passaram a constituir parte do espaço público dentro da narrativa dos editoriais do jornal Tribuna do Norte. Com outras palavras, a distância da memória narrada com o espaço público ocorre devido à seleção realizada para narrar os testemunhos da história. Nessa história oficial fincam-se, então, lembranças “comuns” apenas entre os integrantes dos grupos, através da memória coletiva destes, que se liga nos laços íntimos dos grupos tecidos por relações particulares. No tempo, esses laços levados à versão dos “vencedores” sobreviveram, através da história narrada na oficialidade, como por exemplo, a do livro acadêmico (AIMONE, 1975), a do escrito municipal (JACAREZINHO, 1953), a do livro do IBGE (ESTATÍSTICA, 1964) e nos testemunhos dos editoriais que observamos.

A escolha da memória dos pioneiros e o ponto de vista destes, denota a facilidade do autor de se lembrar da memória do grupo que está inserido, pois sem viver a experiência dos outros grupos, como dos indígenas que já habitavam a região ou dos escravos das fazendas de café do início do (re)povoamento, na década de 1880, o autor não poderia eleger para a narrativa a história destes. Então a possibilidade de observar que ele descende ou se insere no grupo que se identifica com essa versão da história. A versão que conta a história “branca”, do “vencedor” que sobrepujou a natureza e suas adversidades, impondo seu modo de vida às populações diferentes (CARSTEN, 2012).

Portanto, fica claro que o público descrito nos textos observados dos editoriais, faz-se da memória coletiva, que, por sua vez, funda-se com base nas lembranças das pessoas que dela partilham e as recuperam enquanto integrantes de um grupo. Assim, os laços particulares adentram o espaço do passado público, silenciando a participação da maioria da população. Como decorrência deste silenciamento, emudece-se a participação popular no campo das decisões políticas do cotidiano de Jacarezinho.

Mas, ambos os silenciamentos são mascarados pela falsa impressão de que a população fiscaliza as atividades do poder público, uma vez que estas são narradas nos editoriais do jornal Tribuna do Norte e que partilham do passado descrito, uma vez que é “nossa” história, da “nossa região”, da “nossa cidade”, e nós somos “Jacarezinho”. Esquecem-se de que os fragmentos de passado descritos e os acordos políticos, sociais, ou melhor, grupais, realizados são produzidos fora das linhas jornalísticas entre os pares de um mesmo grupo, excluindo a maioria da população e decidindo a partir de ligações particulares e familiares o que cabe ao público.

Concluindo, encerraremos o presente estudo com a observação de que a memória cumpre um papel fundamental na construção da história das comunidades, uma vez que se liga aos modos de vida que atuam como códigos ou guias, dando modelos e padrões para serem seguidos pelas gerações ao longo dos anos. Mas, apenas uma memória grupal passa-se por “bem comum” inserindo-se nos ambientes que deveriam ser públicos e múltiplos, fundando uma determinada verdade e esquecendo os passados e as pessoas que nestes atuaram, tal memória apenas contribui para que a norma vigente seja o impedimento conciso da democracia e da efetiva construção da cidadania. Uma vez que a maioria das pessoas que advém do passado excluído, não tem com o que se identificarem dentro da história oficial, também dificilmente terão amplo acesso e participação no presente desta mesma história.

REFERÊNCIAS

- AIMONE, Thomaz. *Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra*. Jacarezinho - PR: Editora Gráfica Universitária, 1975.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- CARSTEN, Aluizio A. *Ocupação Humana na Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ESTATÍSTICA, Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- HABERMAS, Jürgen. La Modernidad, um Proyecto Incompleto. In: FOSTER, Hal *et al. La Posmodernidad*. Barcelona, Kairos, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- JACAREZINHO. Câmara municipal de Jacarezinho. *Mensagem dos negócios administrativos do município de Jacarezinho*. Prefeito Benedito Moreira. Jacarezinho: 1953.
- OLIVEIRA, Ricardo C. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: _____. (org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 20.
- _____. *A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004. p. 25.
- RABAÇA, Carlos A; BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.
- SILVA, Geraldo. *O Gato e o Velho: IV*. Jacarezinho: Cat – Arte, 2013, 4 v.
- TANNO, Janete Leiko. *Patrimônio documental do "Norte Pioneiro" do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975)*. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2015. Florianópolis. *Anais...* Universidade Estadual de Santa Catarina, 2015. 11 p.